



Entre o Brasil e Portugal: D. Maria Francisca (1914-1968), duquesa de Bragança

*Paulo Drumond Braga*¹

1. Uma princesa brasileira

D. Maria Francisca Amélia Luísa Vitória Teresa Isabel Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (Castelo d' Eu, 8 de setembro de 1914 – Lisboa, 15 de janeiro de 1968), que foi duquesa de Bragança pelo seu casamento com D. Duarte Nuno (1907-1976), pretendente ao trono de Portugal, era filha do príncipe brasileiro D. Pedro de Alcântara (1875-1940) e de sua mulher Isabel Dobzensky de Dobrzenicz (1875-1951), aristocrata oriunda da Boémia, que então integrava o vasto Império Austro-Húngaro.

Os pais haviam-se matrimoniado a 14 de novembro de 1908 mas, dias antes, D. Pedro de Alcântara foi forçado pelos respetivos progenitores, a princesa Isabel (1846-1921) e Gastão de Orleães (1842-1922), conde de Eu, a renunciar aos seus direitos ao trono do Brasil. É possível que a chefe da casa imperial brasileira vislumbrasse um futuro apoio de algumas monarquias europeias a uma eventual restauração do império no Brasil, receando que o casamento do primogénito com alguém não pertencendo a uma casa real suscitasse dúvidas a soberanos como Francisco José, imperador austro-húngaro, que em 1900 impusera ao herdeiro, o arquiduque Francisco Fernando, uma união morganática, por coincidência, também com uma aristocrata da Boémia. Contudo, outras razões podem ajudar a explicar o afastamento de D. Pedro de Alcântara: por um lado, um possível plano do

¹ Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa; investigador da Cátedra Infante D. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização da Universidade Aberta. E-mail: drumondbraga@hotmail.com.

conde d' Eu para o tornar pretendente à Coroa de França. Por outro lado, alguma preferência da princesa Isabel pelo secundogénito, D. Luís Maria Filipe (1878-1920). A verdade é que, a 30 de outubro, D. Pedro de Alcântara renunciou aos seus direitos à Coroa imperial brasileira, cinco dias depois o referido irmão desposou uma princesa da casa das Duas Sicílias e, a 14 de novembro, deu-se o seu próprio casamento, já devidamente autorizado pelos pais².

Pedro de Alcântara e Isabel tiveram cinco filhos, D. Isabel (1911-2003)³, D. Pedro Gastão (1913-2007)⁴, D. Maria Francisca – que será objeto do presente artigo – , D. João Maria (1916-2005)⁵ e D. Teresa Teodora (1919-2011)⁶.

Com a morte da princesa Isabel (1921) e, sobretudo, com a de D. Pedro de Alcântara (1940), a renúncia deste último ao trono, que nunca fora consensual entre os monárquicos brasileiros, começou a ser posta em causa. E passou a haver dois pretendentes à Coroa imperial, os primos D. Pedro Gastão e D. Pedro Henrique, liderando este o ramo de Vassouras e aquele o de Petrópolis⁷.

Um dos irmãos de D. Maria Francisca, D. João, escreveu: “Fui uma criança feliz no meio de pais felizes e irmãos felizes”⁸. A mais velha, Isabel, condessa de Paris, teve palavras ainda mais expressivas, considerando que os pais enchiam a casa de “uma espécie de corrente de ar incessante de felicidade

² Roderick J. Barman, *Princesa Isabel do Brasil. Gênero e Poder no Século XIX*, tradução, São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 2005, p. 299-311; José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe*, Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1997, pp. 122-125. D. Luís Maria Filipe morreu antes da mãe, como tal os seus direitos ao trono foram transmitidos a seu filho primogénito, D. Pedro Henrique (1909-1981).

³ Casou, em 1931, com Henrique (1908-1999), conde de Paris, tendo sido mãe de onze filhos. Viveu em Portugal, Marrocos e Brasil e fixou-se em França nos anos 70. Levou a cabo várias obras de caridade e Foi escritora.

⁴ Passou, após a morte do pai, a chefiar o chamado ramo de Petrópolis da casa imperial brasileira. Viveu a maior parte da vida na referida cidade, dirigindo a Companhia Imobiliária de Petrópolis. Casou, em 1944, com Maria Esperança de Bourbon (1914-2005), irmã da condessa de Barcelona, de quem teve seis filhos.

⁵ Foi militar, piloto de aviões militares e comerciais e empresário. Casou duas vezes, a primeira (1949) com Fátima Scherifa Chirine (1923-1990), de quem se divorciou em 1971, e a segunda (1990) com Teresa da Silva Leite (n. 1926). Teve um filho do primeiro casamento.

⁶ Coube-lhe acompanhar a mãe nos derradeiros anos de vida. Casou, em 1957, com o empresário espanhol Ernesto António Maria Martorell y Calderó (1921-1985) e foi mãe de duas filhas. Viveu a maior da sua vida em Portugal.

⁷ José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe [...]*, p. 122-125.

⁸ José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe [...]*, p. 71.

e de alegria”⁹. Os primeiros anos da família foram passados em França, quer no castelo de Eu, na Normandia, propriedade do pai de D. Pedro de Alcântara, quer em Paris, num palacete na ilha de Saint Louis, o Hotel Lambert, arrendado a um primo de Isabel Dobrzensky de Dobrzenicz. D. Maria Francisca estudou, tal como as irmãs, no colégio de Notre Dame de Sion, que a congregação religiosa feminina do mesmo nome mantinha em Paris desde 1853. A família passava as férias de verão em casas e castelos de vários primos da Alemanha, Áustria, Boémia, Bélgica, Itália e Polónia. Entretanto, os pais de D. Maria Francisca ergueram uma casa de veraneio junto ao lago Attersee, na região austríaca de Salzkammergut¹⁰.

Ainda na infância, D. Maria Francisca teve um problema de saúde que nenhuma fonte identifica e ficou com as pernas enfraquecidas. A mãe considerou que os banhos de mar a ajudariam a fortalecer e a família investiu em idas à praia. No inverno, Isabel Dobrzensky de Dobrzenicz mandava vir de zonas marítimas, como Mers ou Tréport, algas onde as várias crianças da família alegremente se banhavam¹¹.

Com a revogação, a 3 de setembro de 1920, da lei do banimento da família imperial brasileira, datada de 21 de dezembro de 1889, passou a ser possível aos descendentes de D. Pedro II estabelecerem-se na pátria dos seus maiores. Os pais de D. Maria Francisca fizeram, então, uma curta visita ao Brasil, seguida de uma mais longa em 1925, em que tomaram posse do palácio do Grão-Pará, em Petrópolis, tornando-o habitável. Ali se vieram a instalar definitivamente em 1935¹².

D. Maria Francisca tinha então 21 anos. Teve uma educação muito paralela à da irmã mais nova, Teresa Teodora: frequentaram o colégio de Notre Dame de Sion, em Petrópolis¹³ e, no Rio de Janeiro, a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira¹⁴. Numa entrevista que concedeu

⁹ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I], Paris, Robert Laffont, 1978, p. 13-46.

¹⁰ José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe* [...], pp. 41-46 e 56; Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I] [...], p. 13-46 e 93-96.

¹¹ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I] [...], p. 18-19.

¹² Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I], Paris, Robert Laffont, 1978, p. 104-111 e 117; José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe* [...], p. 110-111 e 122-125

¹³ José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe* [...], p. 141.

¹⁴ Margarida Maria Rocha Bernardes, Gertrudes Teixeira Lopes e Tânia Cristina Franco Santos, “A visibilidade da atuação de uma enfermeira do exército brasileiro a um ferido na 2.ª Guerra Mundial”,

a um jornal português, em setembro de 1942, dias antes do seu casamento, sublinhou: “Recebi os meus diplomas de enfermeira antes de sair de lá [Brasil] e quero, mal chegue, pôr-me à disposição da Cruz Vermelha”¹⁵.

Em 1936, participou, com o irmão Pedro Gastão e várias outras pessoas, numa expedição que o pai de ambos organizou entre Goiás e Belém, procurando estudar alguns aspetos da vida social de etnias ameríndias. No dizer da condessa de Paris, o périplo, que durou vários meses, “foi marcado por inumeráveis aventuras e marcado por longas estadas no meio de índios”. D. Pedro de Alcântara chegou a arrepender-se de ter colocado os filhos em risco de vida. D. Maria Francisca, então com 12 anos, nunca se apercebeu de qualquer perigo, mantendo sempre, nas palavras da irmã Isabel, uma “calma olímpica”¹⁶.

A futura duquesa foi sempre uma excelente amazona, tendo aproveitado uma estada em Marrocos, em novembro de 1942, logo a seguir ao seu casamento, para exercitar, com a irmã mais velha, esse seu passatempo nos arredores de Larache, cidade onde então residiam os condes de Paris¹⁷.

2. O casamento

D. Maria Francisca matrimoniou-se aos 28 anos, com D. Duarte Nuno, duque de Bragança, pretendente ao trono de Portugal. Segundo certa fonte, acreditava então que já não iria casar e achava-se disposta a seguir a vida religiosa¹⁸. Há alguns anos que os monárquicos lusos consideravam premente o casamento do referido príncipe, que em 1937 tinha completado 30 anos de idade. Depois de se terem falado em hipóteses de noivas oriundas da Áustria, Espanha, Itália e Reino Unido, surgiu a de uma princesa brasileira. Tinha a vantagem de pacificar os descendentes de dois monarcas portugueses, os irmãos D. Pedro IV (1798-1834) e D. Miguel (1802-1866), encerrando para sempre uma querela que remontava a 1828-1834. Já em 1936 se falara na

Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 39, n.º 1, São Paulo, 2005, p. 63.

¹⁵ *Diário Popular*, ano I, n.º 2, Lisboa, 23 de setembro de 1942, p. 4.

¹⁶ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur* [...], vol. II, p. 74-77.

¹⁷ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I] [...], p. 280.

¹⁸ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a Esperança e a Desilusão*, Lisboa, Objectiva, 2017, p. 127.

imprensa brasileira de um possível casamento de D. Duarte Nuno com D. Pia Maria (1913-2000), irmã de D. Pedro Henrique, o referido pretendente do ramo de Vassouras. As primeiras diligências foram levadas a efeito em 1939 pelo 2.º visconde do Torrão, encarregado por João de Azevedo Coutinho, lugar-tenente de D. Duarte Nuno, mas algo aconteceu que levou ao adiamento do projeto¹⁹.

Entretanto, nesse mesmo ano de 1939, o chefe do governo português, Oliveira Salazar, foi chamado a intervir no assunto. Consultado por Azevedo Coutinho, opinou a escolha de uma “irmã da atual condessa de Paris”, provavelmente D. Teresa Teodora. Mas desaconselhou, por motivos políticos, a viagem de D. Duarte Nuno ao Brasil²⁰. A ocasião para voltar a tratar do assunto foi propiciada em agosto de 1941, quando o monárquico João do Amaral – deputado e antigo diretor do *Diário de Notícias* – integrando uma “embaixada intelectual” enviada por Salazar ao Brasil, foi incumbido por Azevedo Coutinho, com a concordância do ditador, de apressar, no Rio, as negociações matrimoniais de D. Duarte Nuno²¹. A missão deve ter corrido bem. Nos primeiros dias de setembro, o deputado escrevia ao Chefe do Governo: “tiveram o melhor êxito certas diligências que fiz à margem da atividade oficial da embaixada”. Em outubro, já de regresso a Lisboa, o mesmo solicitou um encontro para abordar com Salazar o assunto “que julgo ser de interesse público e de que tratei durante a minha visita ao Rio de Janeiro”²².

Em março ou já em abril de 1942, o ditador, contactado por Azevedo Coutinho, voltou a desaconselhar a deslocação de D. Duarte Nuno ao Brasil²³. Mas Azevedo Coutinho decidiu que a viagem se impunha, considerando, de forma aliás pertinente, que o duque não casaria se não viajasse. Começou, assim, a reunir apoios de ordem vária, nomeadamente financeiros, por exemplo, de Ricardo Espírito Santo e do 5.º duque de Palmela. Quanto à

¹⁹ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 107-110.

²⁰ João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar. Pedro Teotónio Pereira. Correspondência Política. 1945-1968*, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, Instituto de História Contemporânea, 2008, p. 42.

²¹ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 111-112.

²² Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C. P., 8.

²³ João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar* [...], p. 42-43.

comitiva, pensou no 4.º conde de Almada e em João do Amaral²⁴. Acabou por ficar ainda decidido que uma irmã de D. Duarte Nuno, D. Filipa (1905-1990), que lhe era muito próxima, o acompanharia igualmente. Em carta a Azevedo Coutinho, a infanta esclareceu: “Terei grande prazer em ser útil quando como irmã o possa ser, isto é, unicamente em questões não-políticas”²⁵.

Nesse ínterim, Azevedo Coutinho informou que D. Duarte Nuno iria realmente ao Brasil, ou ainda em maio ou em junho, solicitando-lhe algumas facilidades e comunicando que havia o projeto de o pretendente aguardar em Madrid a viagem para o Brasil. Assim, Salazar pediu ao embaixador de Portugal na capital espanhola, Pedro Teotónio Pereira, que fizesse companhia a D. Duarte Nuno²⁶.

Em maio, João do Amaral colocou a Salazar questões relacionadas com a viagem propriamente dita. A hipótese mais viável era a do hidroavião *Clipper*, que ligava Lisboa a Natal, no estado brasileiro do Rio Grande do Norte. Como era muito frequente o passageiro conhecer a data de partida somente na véspera, João do Amaral foi muito claro: “a pessoa viria na véspera provável da partida. Mas poderia ter de demorar-se um, dois ou três dias. Tomaríamos sobre nós a responsabilidade de evitar que a sua presença aqui fosse conhecida ou se tornasse notória e desse causa a qualquer dissabor”. Dias depois, o deputado pedia para falar com Salazar para que tudo se pudesse fazer “discreta e velozmente”²⁷. O ditador não deve ter colocado quaisquer objeções e mobilizou Pedro Teotónio Pereira para obter, junto do embaixador dos Estados Unidos em Espanha, os cinco bilhetes necessários²⁸.

A 20 de maio, D. Duarte Nuno chegou com D. Filipa a Madrid, instalando-se no Hotel Ritz. Entretanto, revelou-se algo difícil a obtenção dos vistos quer em Espanha quer no Reino Unido. A 27 do mesmo mês, o pretendente e a irmã chegaram a Lisboa. Dois dias volvidos rumaram ao Brasil no Boeing 314 da Panair American Airways System. A comitiva foi constituída pelo 4.º conde de Almada, pelo 4.º conde de Castro e por João do

²⁴ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 113.

²⁵ Lisboa, A.N.T.T., A.J.A.C., caixa 3. Os sublinhados são da autora da carta.

²⁶ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 113-114.

²⁷ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C. P., 8.

²⁸ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 115.

Amaral²⁹. A viagem durou 54 horas. Depois de duas escolas, a primeira em Bolama, na Guiné portuguesa, e a segunda em Fisherman's Lake, na Libéria, desembarcaram em Natal, no primeiro dia de junho, pelas cinco horas da manhã. Após uma curta paragem, rumaram para Recife³⁰.

A imprensa brasileira abordava desde inícios de maio o tema do casamento do duque de Bragança, afadigando-se em notícias, mais ou menos fiáveis, desde dizer que, em Madrid, D. Duarte Nuno anunciaria o casamento com aquela que efetivamente se tornou sua mulher, D. Maria Francisca, até garantir que a noiva não era essa princesa, mas sim D. Teresa Teodora. Já próximo da chegada, certo periódico garantiu que o duque de Bragança era emissário do governo português para afastar o Brasil dos Estados Unidos da América e levá-lo a aderir a um bloco católico-latino de que fariam parte Portugal, Espanha, Argentina e Chile³¹.

Martinho Nobre de Melo, embaixador português no Brasil, foi instruído para que a estada de D. Duarte Nuno não assumisse qualquer carácter oficial, limitando-se a uma visita do chefe da casa de Bragança aos seus parentes do Brasil. Mais tarde, recebeu uma carta em que Salazar lhe recomendava a “maior prudência” no contacto com o pretendente ao trono português, evitando, por exemplo, convidá-lo para a embaixada ou estar presente a “atos oficiais” em sua honra, mas não fugindo de todo ao contacto pessoal³².

Entretanto, no Brasil, prosseguia a viagem de D. Duarte Nuno e seus acompanhantes. A 2, o *Clipper* levantou voo de Recife, rumo ao Rio de Janeiro, onde chegou, ao aeroporto de Santos Dumont, por volta das três da tarde, após uma paragem para reabastecimento na Baía³³. Os príncipes e comitiva alojaram-se no Hotel da Glória. A 5, o duque e a irmã almoçaram em Petrópolis, no palácio do Grão-Pará, com o ramo da família imperial brasileira que tomou o nome da mesma cidade. Estavam presentes a matriarca, Isabel Dobrzensky de Dobrzenicz, e três dos seus filhos, Pedro Gastão, Maria

²⁹ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 115-120.

³⁰ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem de Sua Alteza Real o Senhor Duque de Bragança ao Brasil em 1942*, Lisboa, Gama, 1943, p. 21-37.

³¹ João Amaral, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 59-60 e 64.

³² João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 60-67.

³³ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 37-42.

Francisca e Teresa Teodora. D. Duarte Nuno conheceu então a sua futura mulher³⁴. D. Pedro Gastão assegurara, entretanto, ao representante de Portugal no Brasil que “não havia qualquer objeção” ao casamento, atendendo a que D. Duarte Nuno tinha uma “educação modelar”, “formação católica” e “raro bom senso”³⁵. Entre 19 de junho a 1 de julho, D. Duarte Nuno e a irmã alojaram-se, a convite da família imperial brasileira, no palácio do Grão-Pará, visitando a cidade, participando num almoço de homenagem ao príncipe herdeiro do Luxemburgo, João, e efetuando visitas diversas na região³⁶.

A 4 de julho, o duque, acompanhado pela irmã, pediu, em Petrópolis, a mão de D. Maria Francisca, que, a partir desse dia, passou a usar um anel com uma safira³⁷. Uma fonte de origem britânica garante que o pretendente mudou de ideias quanto à noiva, acabando por escolher a mais velha das duas princesas ainda solteiras – tinha então quase 28 anos – que considerou mais adequada aos seus “modos tranquilos e estudiosos” do que a noiva mais provável, D. Teresa Teodora, com 23 anos recém-feitos³⁸. Segundo uma outra fonte, D. Duarte Nuno mudou de ideias ao ver aquela subir a uma árvore, optando então por D. Maria Francisca³⁹. No dizer do barão de Saavedra, em carta a Azevedo Coutinho datada de 22 de agosto, “da parte da princesa houve uma natural indecisão de quem é surpreendida por um pedido inesperado. Não era ela que estava em vista, mas uma sua irmã que não foi escolhida”⁴⁰.

A 8 de julho, D. Filipa e D. Maria Francisca rumaram a Nova Iorque. A primeira desejava visitar a irmã D. Maria Antónia, assim como duas tias, a antiga grã-duquesa consorte do Luxemburgo, D. Maria Ana, que era sua tia e madrinha – e que veio a falecer a 31 de agosto –, e D. Maria Antónia, duquesa de Parma. Ambas achavam-se exiladas em virtude da guerra europeia⁴¹. A infanta e a futura duquesa alojaram-se em casa de uma polaca

³⁴ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 42-72.

³⁵ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 68-69.

³⁶ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 75-91.

³⁷ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 87-88.

³⁸ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 104.

³⁹ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 127.

⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., A.J.A.C., caixa 3.

⁴¹ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 89.

íntima da família imperial brasileira⁴² e passaram ainda algum tempo na residência da referida irmã de D. Filipa⁴³.

Pela já citada carta do barão de Saavedra a Azevedo Coutinho, apercebemo-nos que a viagem teve um outro objetivo muito preciso, pensado por D. Filipa: dar “tempo a que ela [D. Maria Francisca] se habituasse à ideia da nova situação que lhe era oferecida que determinava uma radical transformação na sua vida e proporcionar ao Senhor D. Duarte um tempo de liberdade para distrair os pensamentos e apagar talvez algum complexo que absorvesse o seu espírito em relação ao compromisso assumido”. E os resultados foram positivos. Segundo a mesma missiva, o duque estava “perfeitamente integrado no assunto e talvez até interessado e a princesa de acordo com as notícias que tenho está encantada com a viagem e com... tudo”⁴⁴.

Entretanto, a 22 de agosto, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo. No novo cenário, a presença de D. Duarte Nuno no outro lado do Atlântico não só era agora completamente inútil para os interesses do governo de Lisboa como poderia mesmo acarretar alguns embaraços. João do Amaral sugeriu a Salazar que se apressasse o regresso do duque e que se adiasse o casamento, limitando-se para já a anunciar os esponsais. Martinho Nobre de Melo recebeu um telegrama de Lisboa alertando para a necessidade de “evitar explorações políticas”, insistindo na urgência da celebração do casamento e posterior regresso à Europa⁴⁵.

O noivado de D. Duarte Nuno foi anunciado a 10 de setembro, surgindo notícias nos jornais portugueses e brasileiros⁴⁶. No dia dos seus 35 anos, a 23 desse mês, o duque foi obsequiado com um banquete oferecido pelo barão de Saavedra, e em que estiveram presentes a sua futura sogra e os príncipes Pedro Gastão, João Maria e Teresa Teodora⁴⁷.

⁴² João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 105.

⁴³ *Diário Popular*, ano I, n.º 2, Lisboa, 23 de setembro de 1942, p. 4.

⁴⁴ Lisboa, A.N.T.T., A.J.A.C., caixa 3.

⁴⁵ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 105-119.

⁴⁶ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 139-149.

⁴⁷ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 149-150.



Fig. 1 – D. Maria Francisca e D. Duarte Nuno em Petrópolis, pouco depois do anúncio do noivado (1942)(postal ilustrado, coleção Paulo Drumond Braga)

Entretanto, durante a sua curta passagem pelos Estados Unidos, D. Maria Francisca aceitou responder, telefonicamente, a algumas questões que lhe foram colocadas pelo *Diário Popular*, quotidiano que acabara de nascer em Lisboa e que era dirigido pelo monárquico António Tinoco, antigo nacional-sindicalista. A peça saiu a 23 de setembro. A futura duquesa de Bragança mostrou-se “sensibilizada com os testemunhos de simpatia de grande número de individualidades americanas” e elogiou a “política de boa vizinhança e bom entendimento” entre os Estados Unidos e o Brasil. Referiu-se depois ao seu “amor pela terra” dos seus antepassados, ou seja, Portugal, salientando o “bom sangue português que me corre nas veias” e fazendo notar que o idioma de Camões fora o da sua infância e da sua juventude, assim como o era das suas “rezas e de tantas das minhas amizades e de meu pai e de meu noivo”⁴⁸.

Após vários adiamentos, em virtude das dificuldades de circulação causadas pelo ambiente bélico mundial, D. Maria Francisca e D. Filipa chegaram finalmente ao Rio de Janeiro a 6 de outubro⁴⁹.

A escolha dos padrinhos dos noivos não foi isenta de polémica. Em setembro, Azevedo Coutinho recebeu do Rio de Janeiro a sugestão de convidar para padrinho do duque o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves

⁴⁸ *Diário Popular*, ano I, n.º 2, Lisboa, 23 de setembro de 1942, p. 4.

⁴⁹ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem [...]*, p. 150.

Cerejeira. Salazar rejeitou-a liminarmente e o lugar-tenente enviou imediatamente um telegrama para o Brasil, a ordenar que se convidassem, pelo “alto significado político”, os condes de Paris e de Barcelona, pretendentes, respetivamente, aos tronos de França e de Espanha⁵⁰.

O conde de Barcelona e D. João de Almeida (Lavrado) – um velho partidário do ramo legitimista português da casa de Bragança – apadrinharam D. Duarte Nuno que, à última da hora, decidiu substituir D. Filipa pelo segundo⁵¹. D. Maria Francisca ficou com o conde de Paris e com D. Amélia, última rainha de Portugal, viúva do rei D. Carlos, que havia sido convidada por D. Pedro Gastão⁵², e que enviou à noiva uma pregadeira de ouro com safiras e diamantes⁵³.

A 12 de outubro, foram assinadas, no Rio de Janeiro, as convenções antenupciais⁵⁴. Como se pode ler em documento posterior, D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca casaram com “regime de absoluta separação de bens”⁵⁵.

O casamento civil ocorreu a 13, na embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. Contou com a presença da D. Filipa, dos familiares da noiva e de alguns convidados portugueses e brasileiros e foi presidido por Martinho Nobre de Melo, que ofereceu um porto de honra⁵⁶.

O casamento religioso foi celebrado a 15, na catedral de Petrópolis, pelo bispo de Niterói, D. José Pereira Alves, em substituição do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, que se achava muito doente. D. Duarte Nuno e D. Filipa haviam-se deslocado, na véspera, para Petrópolis, tendo o duque ficado alojado na casa de um monárquico e a infanta no palácio do Grão-Pará. O dia 15 amanheceu chuvoso. No palácio dos príncipes imperiais foi rezada missa por intenção dos nubentes, a que se seguiu a cerimónia na catedral da cidade. D. Maria Francisca foi levada ao altar por D. Pedro Gastão. Seguiam-na D. Duarte Nuno, de braço dado com a futura sogra, D.

⁵⁰ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 82.

⁵¹ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 165, nota 1.

⁵² *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III (1942), Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1991, p. 242.

⁵³ José Alberto Ribeiro, *Rainha D. Amélia. Uma Biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, p. 312-313.

⁵⁴ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 150-151.

⁵⁵ Lisboa, U.C.P., C.E.H.R., A.G.B.C., caixa 78, maço 4.

⁵⁶ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 151-153.

João Maria e D. Filipa, o 4.º conde de Almada e D. Teresa Teodora. O conde de Paris, padrinho da noiva, foi representado pelo príncipe D. João Maria e João de Sá Camelo Lampreia esteve no lugar da rainha D. Amélia, madrinha da noiva. Por seu lado, os condes de Almada e de Castro fizeram as vezes dos padrinhos do noivo, o conde de Barcelona e D. João de Almeida (Lavrado). O presidente da República brasileira, Getúlio Vargas, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Osvaldo Aranha, e os embaixadores de Portugal e da Inglaterra fizeram-se representar no enlace pelas respectivas mulheres. Mas estiveram presentes o núncio, o ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, os prefeitos de Petrópolis e do Rio de Janeiro e os embaixadores ou ministros do Canadá, da Dinamarca, dos Estados Unidos, da França, do Peru, da Polónia, da Santa Sé e da Suécia, assim como várias figuras da sociedade brasileira⁵⁷.



Fig. 2 – Casamento de D. Maria Francisca e D. Duarte Nuno, na catedral de Petrópolis (1942)(fotografia, coleção D. Vasco Teles da Gama)

Foi transmitida a bênção apostólica enviada por Pio XII e, depois do casamento, foi celebrada a missa *Pro Sponso et Sponsa*, recebendo os recém-casados as bênçãos nupciais, após o que prestaram homenagem aos

⁵⁷ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem [...]*, p. 153-158.

imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina, antepassados de D. Maria Francisca, na respetiva capela tumular. Já no palácio do Grão-Pará, os duques receberam cumprimentos dos convidados, seguindo-se um banquete. Depois, apreciaram os numerosos presentes recebidos, nos quais avultava “o magnífico adereço de águas marinhas, que as damas brasileiras haviam ofertado à sua muito querida princesa”⁵⁸.

O facto de a boda ter ocorrido no Brasil pode explicar a ausência de cabeças coroadas europeias, até porque a guerra dificultava as viagens. Nem os padrinhos se dignaram atravessar o Atlântico. As quatro tias ainda vivas de D. Duarte Nuno, todas já com idades bastantes avançadas, assim como as irmãs do duque, também não empreenderam viagem, apesar de duas delas, uma tia e uma mana, ambas de nome Maria Antónia, residirem então nos Estados Unidos.

Em Portugal, Azevedo Coutinho mandou celebrar missa de ação de graças na igreja de S. Domingos de Lisboa, no mesmo dia da boda, e a iniciativa repetiu-se um pouco por todo o país. A maioria da imprensa portuguesa deu largo espaço ao enlace⁵⁹. E o diário *A Voz* encarregou-se de ir noticiando as muitas dádivas em dinheiro destinadas a um presente a ser entregue pelos portugueses aos noivos⁶⁰.

Se D. Filipa decidiu permanecer no Rio durante mais algum tempo, estava previsto que, a 17, os recém-casados e sua comitiva rumassem a Recife, seguindo depois para Natal, onde apanhariam o *Clipper* para Lisboa. Mas tal não aconteceu, tendo a viagem, devido à situação de guerra, ficado adiada *sine die*. D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca resolveram aguardar no palácio do Grão-Pará⁶¹. A 20, Getúlio Vargas reconheceu a validade do enlace dos duques de Bragança em território brasileiro⁶².

Entretanto, houve boas notícias e, a 24, foi possível rumar ao Recife, onde o casal e sua comitiva pernottaram, dirigindo-se depois a Natal. A 28,

⁵⁸ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 162-168.

⁵⁹ Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e o Rei (que não foi)*, Lisboa, Livros do Brasil, 2009, p. 206-207.

⁶⁰ *A Voz*, ano XVI, n.º 5601, Lisboa, 8 de outubro de 1942, p. 1; n.º 5603, Lisboa, 10 de outubro de 1942, p. 1.

⁶¹ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], p. 175-178.

⁶² José Alberto Ribeiro, *Rainha D. Amélia* [...], p. 313.

tomaram lugar no *Clipper*, que os levou, já no dia seguinte, à primeira escala, Fishermans-Lake, onde tomaram o pequeno-almoço e, posteriormente, o almoço. Após três horas de viagem, achavam-se em Bolama. O resto da viagem foi feita com condições atmosféricas algo adversas. Às nove horas da manhã do dia 30, chegaram a Cabo Ruivo, desembarcando em Lisboa⁶³.

Mais tarde, segundo documento datado de novembro de 1954, D. Duarte Nuno confidenciou a um emissário de Salazar: “Quis Deus que encontrasse uma companheira que com ele forma um lar feliz mas poderia ser o contrário visto que da sua própria parte não havia ideia alguma de casamento, além do mais porque lhe faltavam para tanto os meios materiais. Casou-se e afinal sente-se no fundo ludibriado por ter continuado na mesma em relação aos problemas políticos que ele supunha se desejava acautelar”⁶⁴.

Colocou-se, entretanto, a questão do local de residência dos duques de Bragança. D. Pedro Gastão sugeriu, a dado momento, Tânger, perto de Larache, cidade onde habitavam então os condes de Paris. Outra hipótese era o Brasil, mas Salazar opunha-se-lhe com veemência⁶⁵. Chegou a ser colocada a possibilidade da Espanha, mas Pedro Teotónio Pereira – que, dias antes do casamento, sugeria San Sebastian, “o mais afastado da nossa fronteira”⁶⁶ – colocou objeções que convenceram Azevedo Coutinho. Este acrescentou: “Outros inconvenientes ainda existiriam dada a facilidade de viagens e entrevistas nem sempre de estimar”⁶⁷. Salazar preferia a distante Suíça, onde D. Duarte Nuno residia desde 1939, e o lugar-tenente concordou⁶⁸.

Como se viu, a 30 de outubro, os duques de Bragança desembarcaram em Cabo Ruivo. Alojaram-se então no Solar da Piedade, em Sintra, que pertencia à marquesa de Cadaval. Dois dias depois rumaram a Madrid⁶⁹.

⁶³ Conde de Almada, *Notas sobre a Viagem* [...], pp. 178-182.

⁶⁴ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38

⁶⁵ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 128.

⁶⁶ *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III [...], p. 214.

⁶⁷ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 82.

⁶⁸ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 128-129.

⁶⁹ João Amaral, *O Roubo do Príncipe* [...], p. 129.

Salazar foi informado pela polícia política, a P.V.D.E.⁷⁰, que cerca de centena e meia de pessoas fora cumprimentar D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca⁷¹.

Em Madrid, o casal avistou-se com os condes de Paris, cunhado e irmã de D. Maria Francisca. Isabel tentou convencer os duques a acompanharem-nos a Marrocos, onde então residiam. D. Duarte Nuno procurou resistir, desejoso de regressar à Suíça, acreditando que estava eminente o desembarque norte-americano no Norte de África. Pedro Teotónio Pereira, num jantar que ofereceu aos dois casais no Ritz, logrou convencer o duque, assegurando-lhe que não havia qualquer perigo. E assim partiram, passando primeiro por Sevilha, onde visitaram os infantes D. Carlos e D. Luísa⁷². Depois, apanharam o avião para Tânger e, de lá, seguiram para Larache, onde passaram alguns dias. Partiram rumo a Madrid a 7 de novembro. No dia seguinte, deixou de ser possível viajar e em Larache ouviam-se os bombardeamentos norte-americanos de Rabat e Port-Lyauteu, que precederam o desembarque⁷³.

A 9, Pedro Teotónio Pereira reportava a Salazar a chegada do casal a Madrid: “O Senhor D. Duarte e a princesa continuam de excelente saúde e muito bem-dispostos⁷⁴. A 17, o diplomata elucidava o chefe de governo que o embaixador alemão já recebera de Berlim autorização para dar vistos a fim de o duque e sua mulher poderem atravessar a Alemanha na viagem rumo à Suíça⁷⁵. Algum tempo volvido, a 29 de dezembro, informava: “Acabo de receber um telegrama do senhor D. Duarte. Estão muito bem e vê-se que muito bem-dispostos”⁷⁶.

⁷⁰ Sigla que significa Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Foi criada em 1933 e em 1945 mudou de nome para P.I.D.E. (Polícia Internacional de Defesa de Estado). Mais tarde, em 1969, passou a designar-se D.G.S. (Direção Geral de Segurança), tendo sido extinta em 1974.

⁷¹ Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e o Rei* [...], p. 208-209.

⁷² Carlos (1870-1949) era príncipe das Duas Sicílias e tornou-se infante de Espanha pelo seu casamento com uma filha de Afonso XII. Viúvo, desposou Luísa (1882-1958), irmã da rainha D. Amélia. Tiveram quatro filhos, entre os quais Maria das Mercês (1910-2000), condessa de Barcelona e avó do atual rei de Espanha, e a já referida Maria Esperança, que desposou um dos irmãos de D. Maria Francisca, D. Pedro Gastão.

⁷³ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur* [...], p. 279-280. De facto, a 8, as forças anglo-americanas desencadearam a Operação Tocha, atacando o Norte de África em três frentes: Safim, Fedala e Mehdiya-Port Lyautey. O objetivo era expulsar alemães e italianos do Norte de África – Desiderato alcançado em maio de 1943 –, intensificar o controlo aliado do Mar Mediterrâneo e preparar terreno para uma invasão da Europa meridional.

⁷⁴ *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III [...], p. 247-28.

⁷⁵ *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III [...], p. 270-271.

⁷⁶ *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. III [...], p. 283.

Entretanto, os monárquicos portugueses cotizaram-se para oferecer um presente em dinheiro a D. Duarte Nuno e a D. Maria Francisca. Do mesmo, o duque destinou 51 contos para distribuir por “casas de caridade e missões onde se acode a tanto desprotegido da sorte”, incluindo no Ultramar e solicitou que Azevedo Coutinho averiguasse quais as instituições mais carenciadas e a cada uma destinasse cerca de três contos⁷⁷. Entretanto, houve uma má interpretação dos desejos do pretendente: a Causa Monárquica pediu aos vários governadores civis do país auxílio para a distribuição das esmolas. Pelo menos os de Portalegre e Setúbal manifestaram dúvidas ao ministro do Interior, Mário Pais de Sousa. O primeiro aludiu a algum eventual “inconveniente de ordem pública” e o segundo considerou o “assunto melindroso”. Ao que parece, o ministro telefonou aos vários governadores civis dando luz verde à obra de caridade solicitada por D. Duarte Nuno. Tudo isto se passou em maio de 1943⁷⁸. Em dezembro, o duque manifestou-se, em carta ao lugar-tenente, contra o facto de a distribuição ser feita através dos governadores civis: “Não é compatível com a dignidade da realeza fazer-se reclame pela pessoa do rei. [...] Se eu me privo e à minha mulher destes 51 contos é porque deveras e sinceramente quero ajudar. [...] Publicando-se pelos meios governativos, dava a impressão de se querer fazer reclame – e reclame barato ainda por cima!”⁷⁹ Ignoro como terminou a questão.

3. Mãe de três filhos

O primeiro filho de D. Duarte Nuno e de D. Maria Francisca nasceu em Berna, a 15 de maio de 1945. A 8 de fevereiro, Pedro Teotónio Pereira transmitiu a Salazar que soubera, por telefonema de D. Filipa, da primeira gravidez da duquesa de Bragança⁸⁰. Em março, o mesmo diplomara revelava ao ditador que, entre outros assuntos, D. Duarte Nuno lhe comunicara uma “ideia sobre o nascimento do seu descendente que pessoalmente exporei a V.

⁷⁷ Lisboa, A.N.T.T., A.J.A.C., caixa 8, maço 1, doc. 20.

⁷⁸ Lisboa, A.N.T.T., M.I., Direção Geral de Administração Política e Civil, processo Q-1/7 NT 1893; processo T-1/4 NT 1894.

⁷⁹ Lisboa, A.N.T.T., A.J.A.C., caixa 8, maço 1, doc. 21.

⁸⁰ João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar [...]*, p. 66.

Ex.”⁸¹. Em abril, Salazar ficava a saber que D. Maria Francisca telefonara a Teotónio Pereira, “um pouco aflita com a possibilidade de o acontecimento se adiantar. [...] O Senhor D. Duarte é o homem mais correto e menos abusador que conheço. O seu único desejo é que a Senhora D. Francisca passasse umas horas na legação, saindo logo para uma maternidade”⁸². No dia imediato ao nascimento, o embaixador escreveu a Salazar: “A princesa entrou às 11.30 na legação e saiu às 3 da tarde. Vê-se que tinha tudo preparado para o efeito e que estava assegurada a instalação numa clínica próxima e mediante transporte adequado. Foi assim tudo perfeito e com o mínimo de complicação”⁸³.

O primogénito dos duques recebeu os nomes de Duarte Pio João Miguel Henrique Pedro Gabriel Rafael. Várias hipóteses haviam sido aventadas, nomeadamente Miguel – que, compreensivelmente, era desejo do pai, mas que acarretava alguns problemas – e Pedro – indubitavelmente tão fraturante como Miguel. Para maior consenso, foi decidido escolher o nome do progenitor, Duarte⁸⁴.

O padrinho foi o papa Pio XII e a madrinha a rainha D. Amélia que, por coincidência, iniciou por esses dias uma visita a Portugal. O batismo de D. Duarte Pio ocorreu no dia 28, na nunciatura apostólica na Suíça. Estiveram presentes os príncipes reinantes do Liechtenstein, os condes de Barcelona e os ministros de Portugal, do Brasil, do Reino Unido e da Espanha, entre outros. Dois dias volvidos, houve missa gratulatória em S. Domingos de Lisboa, a que D. Amélia, pretextando cansaço, não compareceu⁸⁵.

A 3 de dezembro de 1946, dia de S. Francisco Xavier, igualmente em Berna, nasceu o segundo filho de D. Duarte Nuno e de D. Maria Francisca. Chamaram-lhe Miguel Xavier Félix Teresa. O duque cumpria agora a sua vontade, homenageando quer seu pai quer o avô. O infante teve como padrinhos de batismo o futuro grão-duque João do Luxemburgo e a princesa brasileira D. Teresa Teodora.

⁸¹ João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar* [...], p. 97.

⁸² João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar* [...], p. 112-113.

⁸³ João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar* [...], p. 130.

⁸⁴ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 148.

⁸⁵ Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e o Rei* [...], p. 251-252.

Em 1949, concretamente a 6 de novembro, uma vez mais na mesma cidade suíça, D. Maria Francisca deu à luz o terceiro e último filho, Henrique Nuno João Miguel. O nome assinalava, por um lado, o infante geralmente tido como grande obreiro dos descobrimentos portugueses, por outro, Nuno Álvares Pereira, antepassado da casa de Bragança, cuja festa litúrgica decorre no dia do nascimento do novo infante. Este, foi apadrinhado pelo príncipe brasileiro D. João Maria e pela infanta D. Filipa⁸⁶. É possível que D. Maria Francisca tenha contraído rubéola durante a sua terceira gravidez, daí algumas ligeiras deficiências mentais do terceiro filho⁸⁷.

Segundo informação dada por Eduardo Brazão, em setembro de 1945, D. Maria Francisca não compareceu a um almoço oferecido a D. Duarte Nuno na legação de Portugal em Berna, explicando: “a *nurse* tinha hoje o seu dia livre e era necessário tratar do bebé, o primogénito”⁸⁸. Ou seja, a duquesa de Bragança não dispunha de pessoal doméstico ilimitado e via-se, ocasionalmente, obrigada, ocasionalmente, a pôr em primeiro lugar a sua função de mãe.

Em julho de 1950, António Ferro – que acabara de iniciar funções como ministro de Portugal em Berna –, descreveu em carta a Salazar a família e o lar de D. Duarte Nuno, considerando-os “modelares”⁸⁹.



Fig. 3 – D. Maria Francisca com o recém-nascido D. Henrique ao colo, Duarte Nuno dando a mão a D. Miguel e, à direita, D. Duarte Pio (Gunten, 1949)(fotografia, coleção D. Pedro Vaz de Almada)

⁸⁶ Veio a morrer aos 67 anos, nos começos de 2017.

⁸⁷ Declaração de D. Miguel, duque de Viseu, ao autor, prestada em Lisboa, a 19 de julho de 2017.

⁸⁸ Eduardo Brazão, *Memorial de D. Quixote*, Coimbra, Coimbra Editora, 1976, p. 76.

⁸⁹ António Ferro, “Correspondência inédita e publicada”, in Rita Ferro, *António Ferro. Um Homem por Amar. Romance*, Alfragide, D. Quixote, 2016, p. 376.

4. Viver em Portugal

A 21 de abril de 1950, a Assembleia Nacional revogou, sem sobressaltos e por unanimidade, as leis do banimento de 1834 e de 1910 que impediam a residência em Portugal dos membros da família de Bragança⁹⁰.

Enquanto D. Duarte Nuno ponderava o que fazer, a 16 de maio de 1951, um acontecimento preocupou os monárquicos: os duques de Bragança sofreram um grave acidente de carro em Thionville, cidade francesa muito próxima do Luxemburgo, quando regressavam a Gunten do casamento do arquiduque Otão de Habsburgo, que ocorrera em Nancy. O automóvel resvalou na estrada molhada, despistou-se, embateu num poste de eletricidade e o casal foi projetado para fora do veículo. D. Duarte Nuno fraturou a região parieto-temporal esquerda e a espádua esquerda e foi operado de urgência no hospital de Thionville. D. Maria Francisca fraturou igualmente uma das espáduas, assim como várias costelas. Os doentes receberam as visitas da grã-duquesa do Luxemburgo, Carlota – prima de D. Duarte Nuno, já que era neta de D. Miguel I –, dos condes de Paris e de uma irmã do duque, D. Maria Antónia⁹¹.

A condessa de Paris deixou um relato do que lhe foi dado observar: “Estavam ambos num triste estado, enfaixados de alto a baixo, com todo o género de fraturas. A minha pobre irmã falava com enorme dificuldade e Duarte nem isso...” Agentes de seguros pairavam no hospital a fim de se inteirarem das circunstâncias do acidente, não deixando de sugerir a hipótese de o duque se encontrar alcoolizado. Uma irmã de D. Duarte Nuno, D. Maria Antónia, a condessa de Paris e um médico monárquico português, José da Cunha, não deixaram de assinalar que o pretendente, tendo assistido ao casamento, não estivera presente ao copo de água⁹². A recuperação foi demorada. Segundo a condessa de Paris, “a minha irmã não melhorava e o

⁹⁰ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 173-178.

⁹¹ *O Debate*, ano I, n.º 10, Lisboa, 24 de maio de 1951, p. 1; n.º 11, 31 de maio, p. 5; n.º 12, 7 de junho, p. 1; Luís Saraiva de Meneses, *Te deum Laudamus. Um Documento Histórico a propósito do Desastre de Automóvel dos Senhores Duques de Bragança ocorrido em Thionville no ano de 1951*, Lisboa, [s.n.], 1957; Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, vol. II (*Les Chemins Creux*), Paris, Robert Laffont, 1981, p. 62.

⁹² Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur* [...], vol. II, p. 61-62.

meu cunhado ia de mal a pior”⁹³. Mas tudo se compôs. Ao fim de quase um mês de internamento, a 11 de junho, D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca saíram do hospital, indo convalescer uns dias para o Luxemburgo⁹⁴.

Entretanto, nada parecia correr bem em termos familiares: no mesmo dia em que os duques deixavam o hospital, faleceu, aos 74 anos, a mãe de D. Maria Francisca, Isabel Dobrzensky de Dobrzenicz. Achava-se então em Sintra, na Quinta do Anjinho, uma das residências dos condes de Paris. Não havia sido avisada do grave acidente de Thionville, mas não deixou de questionar os que assistiam à sua agonia sobre a razão da ausência da duquesa de Bragança⁹⁵.

Revogadas, como se viu, as leis do banimento, D. Duarte Nuno começou a ponderar estabelecer-se definitivamente em Portugal. Em maio de 1950, numa entrevista a um jornal de Lausanne, considerou prematuro ser taxativo sobre o assunto. Salazar, entretanto, desaconselhava-o⁹⁶. Mas o duque decidiu ir viver com a família na pátria dos seus maiores. A 28 de maio de 1952, ao fim de uma viagem de carro de cinco dias, chegaram a Portugal D. Maria Francisca, D. Duarte Pio e D. Miguel. Na fronteira de Vilar Formoso, aguardavam-nos as infantas D. Filipa e D. Maria Antónia. Manifestações populares e de monárquicos acompanharam a viagem da duquesa e dos príncipes até ao destino⁹⁷.

D. Duarte Nuno e o filho mais novo chegaram a Portugal a 12 de agosto desse ano, tendo feito a viagem de carro⁹⁸. O duque juntou-se então à mulher, a D. Duarte Pio e a D. Miguel, em Serpins, junto à Lousã, numa quinta onde já se achava a residir a infanta D. Filipa. Passaram depois para a Quinta da Bela Vista ou do Fojo, situada na freguesia de Canidelo, no concelho de Vila Nova de Gaia, junto ao apeadeiro de Coimbrões. Esta propriedade foi-lhes

⁹³ Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur* [...], vol. II, p. 62.

⁹⁴ *O Debate*, ano I, n.º 13, 14 de junho de 1951, p. 1; Luís Saraiva de Meneses, *Te deum Laudamus* [...], p.55-57.

⁹⁵ *O Debate*, ano I, n.º 13, Lisboa, Lisboa, 14 de junho de 1951, p. 1; Isabel, condessa de Paris, *Tout m'est Bonheur*, vol. II, pp. 65-66. Além de D. Maria Francisca, também D. Pedro Gastão estava ausente, por ter perdido o avião.

⁹⁶ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 185-186.

⁹⁷ *O Debate*, ano II, n.º 64, Lisboa, 5 de junho de 1952, p. 1.

⁹⁸ *Diário de Notícias*, ano 88, n.º 31054, Lisboa, 13 de agosto de 1952, p. 1.

emprestada pelo 3.º conde da Covilhã, Júlio Anahory de Quental Calhariz, um riquíssimo banqueiro, industrial e empresário agrícola do norte do país⁹⁹.

A propósito de uma entrevista ao atual duque de Bragança, por ocasião dos seus nove anos de idade, publicada pelo semanário monárquico *O Debate*, em maio de 1954, temos um vislumbre de alguns aspetos da vida da família de D. Duarte Nuno. Este dispunha de um secretário e a condessa do Castelo servia D. Maria Francisca como dama de honor. Havia ainda uma cozinheira e, seguramente, mais criadagem. Entretanto, a sala onde o jornalista Óscar Paxeco foi recebido achava-se ornada com retratos de D. Miguel I e de D. Miguel (II), além de um desenho de D. João VI, da autoria de Domingos Sequeira¹⁰⁰.

No ocaso de 1957, a família mudou-se de Coimbrões para os arredores de Coimbra. Tratava-se do antigo mosteiro jerónimo quatrocentista de S. Marcos, situado na freguesia de S. Silvestre do Campo, concelho de Coimbra, a poucos quilómetros de Tentúgal. Exclaustrado, como todos os demais, em 1834, passou para a posse de particulares e cerca de três décadas volvidas foi parcialmente destruído por um incêndio. Entretanto, possuía uma belíssima igreja, iniciada igualmente no século XV, achando-se hoje classificada como monumento nacional.

Em agosto de 1952, a Fundação da Casa de Bragança já adquire o imóvel para ali instalar D. Duarte Nuno e as obras foram decorrendo¹⁰¹. Em abril do ano seguinte, Salazar recebeu do arquiteto, Leonardo Castro Freire, uma “memória descritiva” do que se projetava fazer. Fica a saber-se que, no piso térreo, haveria biblioteca, sala de estar, sala de jantar, e, no primeiro andar, os aposentos, estando previstos, bem entendido, os do casal e dos três filhos, assim como outros para D. Filipa e para hóspedes. O “pessoal” habitaria num piso superior. O exterior teria jardins, um dos quais

⁹⁹ Sobre a casa, cfr. Ilídio de Araújo, “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, *Revista de História*, vol. II, Porto, 1979, pp. 375-388 [381].

¹⁰⁰ *O Debate*, ano IV, n.º 165, Lisboa, 15 de maio de 1954, p. 6-7.

¹⁰¹ Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e a Rainha. Advento da República. Restauração da Monarquia*, Lisboa, Prefácio, 2006, p. 284.

classificado como “íntimo”, com “grande tanque de águas, seus relvados e árvores de sombra, e a sul do edifício um pequeno roseiral”¹⁰².

Em junho de 1957, a fundação informou D. Duarte Nuno que o edifício estava pronto e que podia proceder à mudança. O duque teria “direito de uso e habitação da referida quinta e seu recheio”, correndo os seguros e contribuições por conta da fundação¹⁰³. A mudança ocorreu no primeiro dia de dezembro desse ano de 1957.

Uma testemunha relata: “No 1.º andar, estavam os quartos de dormir da família e o escritório do duque de Bragança. No rés-do-chá, a família real usava a biblioteca (da qual fazia também sala de estar e de visitas) e, para as refeições em família, a copa contígua à cozinha. Não me recordo de aquecimento central, só, sim, da vasta lareira da biblioteca. E recordo-me da princesa D. Maria Francisca, duquesa de Bragança, cheia de frio, andar pela casa abraçada a um saco de borracha com água quente. Havia um condutor para o velho ‘Ford V8’, com matrícula do Principado do Liechtenstein, que o duque de Bragança tinha havia anos; nunca lhe conheci outro carro. A duquesa teve um ‘Volkswagen’ descapotável de duas portas. Uma cozinheira e a ajudante. Mais uma ou duas criadas. [...] Refeições sem qualquer luxo; o correto frugal. Pessoal de serviço ao pretendente: um secretário, Rui Correia Leite. Ocasionalmente, em ocasiões de grande movimento de correio, dois ou três fiéis vinham dar uma ajuda. [...] O duque de Bragança trabalhava o dia inteiro respondendo a cartas, explorava a quinta adjacente ao palácio e recebia bem numerosas visitas. Com frequência atendia ele mesmo à porta que dava sobre o ‘jardim’ fronteiro (terra e gravilha, onde não havia flores nem relva, a fonte ornamental sempre seca, pois a água a gastar seria cara). Nas cercanias toda a população os conhecia. À passagem dos dois conhecidos carros as pessoas descobriam-se ou, se sentadas, punham-se de pé, homens e mulheres. Os duques faziam adeus e toda a gente, sorrindo, lhes correspondia com familiaridade”¹⁰⁴.

¹⁰² Lisboa, A.N.T.T., A. O. S., C.O., P.C., 56.

¹⁰³ Lisboa, A.N.T.T., A. O. S., C.P., 38.

¹⁰⁴ Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e a Rainha* [...], p. 285-286.

Seguindo o que se passara com seu pai¹⁰⁵ e, antes dele, com seu avô¹⁰⁶, D. Duarte Nuno não tinha meios de fortuna. De que rendimentos dispunha? Em primeiro lugar, numa tradição que remontava aos tempos do exílio do rei D. Miguel, D. Duarte Nuno beneficiava do auxílio económico dos monárquicos portugueses. Segundo dados de 1949, esse valor ascendia então a cerca de trinta contos mensais. Posteriormente, coincidindo com a vinda do duque para Portugal, a Fundação da Casa de Bragança passou a entregar-lhe, a partir de 1953, 700 contos anuais, quantia elevada, em 1963, para mil contos. Entretanto, D. Duarte Pio tornou-se herdeiro dos bens que a rainha D. Amélia, falecida em 1951, tinha em Portugal. Depois de solucionadas algumas questões, esse rendimento ficou ao dispor de D. Duarte Nuno e família. Mais tarde, em 1968, dois anos após a morte de D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen, constituiu-se a Fundação D. Manuel II, a quem a viúva do derradeiro soberano reinante luso legou os seus bens em Portugal, ficando estipulado que 50% dos rendimentos da mesma seriam para D. Duarte Nuno e, posteriormente, para quem lhe sucedesse na chefia da casa real portuguesa¹⁰⁷. Note-se que o orçamento de D. Duarte Nuno era ainda acrescido pelo rendimento que D. Maria Francisca auferia no Brasil. Tendo a cidade de Petrópolis sido erguida numa antiga fazenda do imperador D. Pedro I, passaram a ser atribuídos à família de Bragança 2,5% do valor da venda de cada imóvel da cidade. Assim nasceu a Companhia Imobiliária de Petrópolis, que era, em vida da duquesa de Bragança, administrada por seu irmão D. Pedro Gastão¹⁰⁸. Em carta a Guilherme Braga da Cruz, datada de março de 1970, D. Duarte Nuno esclareceu que a mulher, entretanto já falecida, tinha, no seu país de origem, um procurador que tratava de tudo e que por sua vez deixara também de pertencer ao mundo dos vivos. E precisou: “Estes bens consistem totalmente nas rendas de certa qualidade de ações da Companhia Imobiliária de Petrópolis”, que pagava anualmente a D. Maria Francisca uma

¹⁰⁵ Manuel de Bettencourt e Galvão, *Dom Miguel II e o seu Tempo. Notas Biográficas do Senhor Dm Miguel de Bragança*, Lisboa, Gama, 1943, p. 16-17.

¹⁰⁶ Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 230-231.

¹⁰⁷ Paulo Drummond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança [...]*, p. 194-205.

¹⁰⁸ José Alberto Gueiros, *História de um Príncipe [...]*, p. 131.

renda que o duque classificou como “insignificante”. D. Duarte Nuno soubera que, entretanto, as ações e demais rendimentos “tinham dado um inesperado rendimento muito superior ao que deram nos anos de 1942 até 1968”. Pedia, assim, ajuda ao juriconsulto monárquico para passar procuração ao novo advogado brasileiro. Mais tarde, em maio de 1973, solicitava ao mesmo outra procuração, desta feita por causa dos filhos, não deixando de notar: “O que a mim me pertence são quase insignificantes valores”¹⁰⁹.

Com as muitas esmolas que fazia, D. Duarte Nuno acabou por prejudicar, ainda que involuntariamente, a mulher e os filhos. Dispondo de um orçamento relativamente reduzido, D. Maria Francisca tinha algumas dificuldades em acudir até mesmo aos gastos indispensáveis, o que terá criado algumas tensões entre o casal. A partir de certo momento, a duquesa, igualmente desagradada pela vida nada confortável que lhe havia sido destinada em S. Marcos, servia-se do argumento de os filhos se acharem a estudar em Lisboa para passar temporadas na capital, em casa da cunhada Filipa¹¹⁰.

Sempre prática, quando se tratou de arranjar roupa para o casamento da infanta Pilar, filha dos condes de Barcelona, que decorreu em 1967, D. Maria Francisca não hesitou em recorrer a um “vestido bonito que foi feito o ano passado para um casamento no estrangeiro a que os manos foram assistir”¹¹¹, segundo informação dada por D. Filipa em carta a Salazar.

Acresce que D. Duarte Nuno teve sempre um feitio muito difícil para com os que eram mais próximos, nomeadamente a mulher, os filhos e até o secretário, Rui Correia Leite. Detestava ser contrariado, irritava-se facilmente e todos os pretextos lhe serviam para implicar com alguém. Ninguém lhe ousava fazer frente, incluindo, naturalmente, D. Maria Francisca¹¹².

Uma preocupação do casal foi a educação dos filhos, sobretudo do primogénito. Em julho de 1955, Santos Costa, ministro da Guerra, traçava a

¹⁰⁹ Lisboa, U.C.P., C.E.H.R., A.G.B.C., caixa 64, maço 3.

¹¹⁰ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 204-205.

¹¹¹ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38.

¹¹² Declaração de D. Miguel, duque de Viseu, ao autor, prestada em Lisboa, a 19 de julho de 2017.

Salazar um quadro pessimista: “O rapaz [D. Duarte Pio] está atravessando uma fase muito perigosa: esperto, travesso, rodeado por pessoas que lhe exaltam as ânsias inconvenientes, mostra-se rebelde a toda a ideia de disciplina, repele qualquer norma coerciva sobre a sua vontade”. Mais adiante, aludia a “feitio exaltado”, uma “maneira quase impertinente de ser”, tudo mau para “a causa que ele representa”. A seu ver, a culpa era de D. Maria Francisca, que “entende que o menino deve fazer o que lhe dá na gana”. D. Duarte Nuno, “embora mais austero, não querendo desgostar a mãe ou privá-la de autoridade, alheia-se e queixa-se”¹¹³.

O ingresso de D. Duarte Pio no Colégio Militar, como era desejo do pai, esbarrou com a oposição do Chefe de Estado, Craveiro Lopes, que considerava um risco para a República o regime patrocinar a educação do príncipe da Beira. Assim sendo, no ano letivo de 1955-1956, D. Duarte Pio e D. Miguel ingressam no Liceu de Alexandre Herculano, no Porto. Ao fim de um ano, D. Duarte Nuno decidiu transferir os dois filhos mais velhos para um estabelecimento gerido pelos Jesuítas, o Instituto Nun’Álvares, nas Caldas da Saúde (Santo Tirso), conhecido como “o Caldinhas”. Ali ficaram em regime de internato, entre 1957 e 1960¹¹⁴.

Por carta de D. Filipa a Salazar, datada de julho de 1960, fica a saber-se que D. Maria Francisca se opunha à ida do primogénito para o Colégio Militar: “estava convencida que o Duartinho não queria mudar de colégio e que era muito nocivo no meio dos estudos mudar de professores, camaradas e métodos de ensino”. Mas D. Filipa considerava serem mais os prós que os contras¹¹⁵.

Nesse mesmo ano, o pedido de inscrição de D. Duarte Pio no Colégio Militar, foi finalmente aceite. Craveiro Lopes deixara, dois anos antes, de ser presidente da República. Mas em 1964, vítima de uma hepatite, o príncipe deixou o referido estabelecimento, transferindo-se para o ensino particular e fazendo os exames do sétimo ano no Liceu Pedro Nunes¹¹⁶.

¹¹³ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.O., P.C., 42.

¹¹⁴ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 208.

¹¹⁵ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38.

¹¹⁶ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 208-210.

Quanto aos infantes, D. Miguel, que ingressou igualmente, em 1960, no Colégio Militar, detestou-o e abandonou-o em 1962, trocando-o pelo da Cidadela, em Cascais. Já D. Henrique frequentou o Colégio Vasco da Gama, em Meleças (Belas), residindo na casa da condessa de Almoester, em Cascais. No dizer de D. Filipa, era “intelectualmente ainda limitado em certos aspetos”¹¹⁷.

No verão de 1959, D. Duarte Nuno, a mulher e os três filhos visitaram Angola e Moçambique. O duque sempre se interessara pelo império colonial luso e, a partir dos anos 50, quando novas realidades se impuseram nos cenários coloniais, foi solidário com a política ultramarina do Estado Novo. Visitou, sozinho, Angola entre 28 de junho e 2 de agosto de 1955. Em julho-setembro de 1959, desta feita com D. Maria Francisca, D. Duarte Pio, D. Miguel e D. Henrique, e acompanhado de D. Luís Vaz de Sampaio e Melo, voltou a Angola e esteve pela primeira vez Moçambique. No primeiro daqueles territórios, a família foi a Luanda e Lobito, no segundo, deslocou-se a Lourenço Marques, Benguela, Marracuene, Porto Amélia, Beira, Quelimane, Gorongosa, Manica e Sofala¹¹⁸.

5. Ser duquesa num Portugal republicano

Frequentemente, D. Maria Francisca deslocava-se a eventos diversos. Em maio de 1954 acompanhou o marido numa visita a uma fábrica de massas em Sever do Vouga e foi em peregrinação a Fátima com os três filhos¹¹⁹. Em junho esteve, com D. Duarte Nuno e D. Filipa, no casamento do filho de D. João de Almeida (Lavrado) e de Constança Teles da Gama¹²⁰ e acompanhou o marido e a cunhada na peregrinação nacional de encerramento do Congresso Mariano¹²¹. Em março de 1956 D. Duarte Nuno, D. Maria Francisca e D. Filipa marcaram presença na recepção que, na nunciatura de Lisboa, assinalou os 80 anos do papa Pio XII¹²². Em junho de 1960 o casal passou uns dias em

¹¹⁷ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 210.

¹¹⁸ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 219-224.

¹¹⁹ *O Debate*, ano IV, n.º 168, Lisboa, 5 de junho de 1954, p. 1.

¹²⁰ *O Debate*, ano IV, n.º 169, Lisboa, 12 de junho de 1954, p. 1.

¹²¹ *O Debate*, ano IV, n.º 170, Lisboa, 19 de junho de 1954, p. 10.

¹²² *O Debate*, ano V, n.º 261, Lisboa, 17 de março de 1956, p. 1.

Évora, na casa dos condes de Vilalva, visitando demoradamente a cidade¹²³. Em fevereiro de 1961 os duques de Bragança acharam-se na sessão solene que na Universidade de Coimbra assinalou a passagem pela cidade dos restos mortais de Nuno Álvares Pereira¹²⁴. Ainda nesse ano, em novembro, foram a uma recepção na nunciatura apostólica em Lisboa comemorativa dos 80 anos do papa João XXIII e do terceiro aniversário da sua coroação¹²⁵. Em junho de 1963 assistiram, em S. Vicente de Fora, a um serviço fúnebre pelo referido pontífice¹²⁶.

Em cada dia 1 de dezembro, a família – por regra, D. Duarte Nuno, D. Maria Francisca e D. Duarte Pio – recebia, na sua residência, cumprimentos dos monárquicos, um pouco à maneira do antigo beija-mão régio. Pelas notícias na imprensa, percebe-se que desfilavam milhares de pessoas, desde aristocratas a operários e trabalhadores rurais, passando por estudantes. Por vezes, a polícia política, a P.I.D.E. retinha alguns dos que se lhe destinavam, procurando que a afluência fosse menor¹²⁷.

D. Maria Francisca acompanhou por diversas vezes D. Duarte Nuno em cerimónias oficiais da República portuguesa¹²⁸, como foram os casos da inauguração do monumento ao Cristo-Rei (1959); do encerramento das comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, na Batalha (1960); da sessão solene na câmara municipal de Lisboa evocativa do 1.º centenário do nascimento do rei D. Carlos (1964); e da inauguração da Ponte Salazar (1966).

O casal também era presença frequente em eventos ligados à realeza exilada em Portugal, como foi o caso do casamento da princesa Maria Pia, filha de Humberto II, rei deposto da Itália, com o príncipe Alexandre da Jugoslávia, em Cascais (1955), e do enterro de D. Afonso, filho mais novo do

¹²³ *O Debate*, ano X, n.º 484, Lisboa, 25 de junho de 1960, p. 1.

¹²⁴ *O Debate*, ano X, n.º 519, Lisboa, 25 de fevereiro de 1961, p. 1.

¹²⁵ *O Debate*, ano XI, n.º 556, Lisboa, 11 de novembro de 1960, p. 1.

¹²⁶ *O Debate*, ano XIII, n.º 639, Lisboa, 15 de junho de 1963, p. 1.

¹²⁷ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar* [...], p. 193.

¹²⁸ Para tudo o que se segue, cfr. Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 263-258.

conde de Barcelona, morto tragicamente, no cemitério da Guia, em Cascais (1956).

D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca chegaram a avistar-se, em Portugal, com chefes de Estado como Isabel II (1957), em Queluz, e o príncipe Rainier do Mónaco, em Vila Viçosa (1964). Do mesmo modo os vamos encontrar em numerosos eventos reais no estrangeiro, por exemplo, os casamentos do arquiduque Otão de Habsburgo (1951); de Henrique, primogénito dos condes de Paris (1957); de Balduino, rei dos belgas (1960); de Juan Carlos, filho do conde de Barcelona e futuro rei de Espanha – cerimónia onde D. Duarte Pio esteve presente, o que constituiu o seu primeiro ato oficial (1962) – ; de Isabel, filha dos condes de Paris (1964); de Constantino II, rei da Grécia (1964). Em outubro de 1960, devido a doença de D. Duarte Nuno, D. Maria Francisca representou a família nas cerimónias fúnebres de um sobrinho, Francisco, filho dos condes de Paris, que morreu em combate na guerra da Argélia.

O casal participou ainda num cruzeiro no Mediterrâneo organizado pelos reis Paulo e Frederica da Grécia e que contemplou diversos elementos da realeza europeia (1956), e fez uma “visita particular” a Isabel II e ao duque de Edimburgo, em Windsor, partilhada com os reis da Suécia, Gustavo VI e Luísa Mountbatten, e com os soberanos depostos da Jugoslávia, Pedro II e Alexandra da Grécia e Dinamarca (1955).

Por duas vezes foram D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca recebidos em audiência privada pelo papa Pio XII, a primeira com D. Duarte Pio, que foi então apresentado ao seu padrinho de batismo (1952), a segunda igualmente com o primogénito e, desta feita, também o filho do meio, D. Miguel (1956).

Em 1960, D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca foram a Malta, às comemorações do XIX centenário da chegada de S. Paulo à ilha e sua subsequente conversão, seguindo depois para o Congresso Eucarístico de Munique. Em 1964, marcaram presença na abertura do Concílio Vaticano II.

O duque e sua mulher realizaram igualmente algumas viagens privadas, nomeadamente ao Chile e à Argentina. Estiveram em ambos os

países em 1946 e regressaram ao primeiro em 1948 e em 1953, aproveitando, nessas ocasiões, por passar alguns dias no Brasil, junto à família de D. Maria Francisca.

6. Morrer aos 54 anos

Em outubro de 1967, o casal assinalou as suas boas de prata. Pouco tempo depois, na habitual romagem de 1 de dezembro dos monárquicos a S. Marcos, receberam como lembrança uma terrina e uma bandeja de prata cinzeladas. Mas D. Duarte Nuno decidiu que a mesma seria destinada às vítimas das tempestades que então abalaram o país e, alguns dias depois, uma comissão fez a respetiva entrega na sede da Cruz Vermelha Portuguesa¹²⁹.

D. Maria Francisca não sobreviveu muito mais tempo. Faleceu aos 54 anos de idade, a 15 de janeiro de 1968, pelas 9 horas e 55 minutos, na casa de D. Filipa, na Rua Paio Peres Correia, n.º 10, em Lisboa, onde se achava de visita aos filhos Miguel e Henrique, que ali residiam por motivo dos seus estudos. Era hipertensa e foi vítima de uma síncope cardíaca fulminante, que a acometeu à mesa do pequeno-almoço, caindo no chão. De nada valeram os cinco médicos chamados. Presenciaram a tragédia D. Filipa, os dois filhos referidos, assim como D. Duarte Nuno, recém-chegado do Funchal, onde assistira à transladação dos restos mortais do imperador Carlos I. O primogénito, D. Duarte Pio, então a prestar serviço na Base Aérea de Tancos, estivera com a mãe na véspera e veio apressadamente para Lisboa¹³⁰.

Quatro dias antes, achando-se a duquesa de Bragança com as duas irmãs, a condessa de Paris e a princesa Teresa Teodora, surgiu na conversa o tema da morte. D. Maria Francisca foi lapidar: “A mim não me importa morrer de repente, porque estou sempre preparada”¹³¹.

¹²⁹ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 265.

¹³⁰ *Diário de Lisboa*, ano 47.º, n.º 16190, Lisboa, 15 de janeiro de 1968, p. 11; *Diário de Notícias*, ano 104.º, n.º 36589, Lisboa, 17 de janeiro de 1968, p. 2; *A Voz*, ano XLI, n.º 14577, Lisboa, 16 de janeiro de 1968, pp. 1 e 4; *O Debate*, ano XVII, n.º 879, Lisboa, 19 de janeiro de 1968, p. 1-6.

¹³¹ O dito da duquesa foi mandado inscrever na pagela fúnebre que acompanhou as exéquias. Consulte o exemplar existente em Lisboa, U.C.P., C.E.H.R., A.G.B.C., caixa 64, maço 3. Conheça outros em coleções particulares.

O corpo da extinta foi levado para a sé de Lisboa, realizando-se velada e celebrando-se três missas. Seguiu posteriormente para o cemitério do Alto de S. João, ficando depositado no jazido dos duques de Lafões. Nas várias cerimónias foram marcando presença os parentes mais próximos – o viúvo, os três filhos, as duas irmãs, a condessa de Paris e D. Teresa Teodora, e três cunhadas, D. Filipa, D. Maria Antónia e D. Maria Adelaide – e algumas autoridades da República: Américo Tomás, Salazar, os presidentes da Assembleia Nacional, Mário de Figueiredo – que, entretanto, exarara, no parlamento um voto de pesar, mandando interromper a sessão por cerca de meia hora¹³² – e da Câmara Corporativa, Luís Supico Pinto, e os ministros do Interior (Alfredo Santos Júnior), da Justiça (Mário Júlio de Almeida Costa), dos Negócios Estrangeiros (Franco Nogueira), do Ultramar (Joaquim Silva Cunha), da Economia (José Gonçalo Correia de Oliveira) e das Corporações (Gonçalves de Proença). Também não faltaram a comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Guardiola, e outros políticos do Estado Novo, como António Gonçalves Rodrigues, Fernando Santos Costa, Gustavo Cordeiro Ramos, Marcelo Caetano – que, em setembro do mesmo ano sucederia a Salazar na chefia do governo¹³³ –, Martinho Nobre de Melo e Pedro Teotónio Pereira. Lugar ainda para o cardeal Cerejeira, embaixadores de diversos países (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, França, Peru e Reino Unido) e, obviamente, muitas figuras reais e principescas, como a última imperatriz austro-húngara, Zita de Bourbon Parma, seu filho, o arquiduque Otão, o soberano deposto de Itália, Humberto II, o futuro rei de Espanha, Juan Carlos de Bourbon, sua mulher, Sofia de Grécia, e suas irmãs, Pilar e Margarida, um outro pretendente ao trono espanhol, Carlos Hugo de Bourbon Parma, e ainda um príncipe brasileiro do ramo de Vassouras, D. Pedro de Alcântara de Bragança, filho do pretendente D. Pedro Henrique. Entre os numerosos monárquicos, além da maioria dos titulares portugueses,

¹³² *Diário das Sessões*, n.º 119, Lisboa, Assembleia Nacional, 17 de janeiro de 1968, p. 2210.

¹³³ Em 1971, quando por sua vez ocorreu a morte da mulher de Marcelo Caetano, D. Duarte Nuno enviou-

lhe um telegrama de pêsames. O chefe do governo agradeceu, lembrando: “Desde a nossa visita a casa de Vossa Alteza na Suíça, minha mulher não escondeu a sua viva simpatia por Vossa Alteza e pela Senhora Dona Maria Francisca, cuja morte muito sentiu” (*Cartas Particulares a Marcello Caetano*, prefácio e organização de José Freire Antunes, vol. I, Lisboa, Dom Quixote, 1985, p. 235).

encontravam-se nomes tão diferentes como Francisco Sousa Tavares, João Ameal, Luís Forjaz Trigueiros, Henrique Barrilaro Ruas e Sofia de Melo Breyner¹³⁴.

Em março, o ministro da Economia, Correia de Oliveira, comentou, em carta a Salazar: “o enterro no Alto de S. João correu tão mal, teve tão pouca dignidade que eu me envergonhei como português diante dos portugueses e como português diante de nobres figuras estrangeiras”¹³⁵.

7. Um túmulo para uma duquesa

Ainda em março de 1968, D. Filipa, escrevendo a Salazar, alegou falta de espaço na igreja das Chagas de Cristo, de Vila Viçosa, mandada erguer no século XVI pelo duque D. Jaime e onde jaziam as duquesas de Bragança¹³⁶. Assim, sugeria a transladação de D. Maria Francisca para “as capelas no interior da igreja dos Agostinhos”, ou seja, de Nossa Senhora da Graça, na mesma vila¹³⁷. E prosseguia: “Leva-se para lá primeiro a nossa cunhada e deixa-se preparado ao lado dela um lugar para o nosso irmão; logo que fosse possível faziam-se as transladações dos nossos pais também para ali”. Um dia mais tarde, ela própria, os irmãos e os sobrinhos Miguel e Henrique – significativamente omitia o primogénito – poderiam ter como sepulcros outros templos de Vila Viçosa, como a Esperança e as Chagas ou mesmo um “simpático cemitério” da vila, não deixando de notar, com algum humor: “Já demos provas que não somos difíceis quanto à nossa habitação”. “O principal, enquanto estamos vivendo, é ter a previsão reconfortante que estaremos todos juntos – depois. Não é verdade?” D. Filipa questionava ainda Salazar sobre algumas questões práticas da transladação de D. Maria Francisca: far-se-iam exéquias na sé de Lisboa, à saída do corpo para Vila Viçosa? Ou aqui, à chegada? Poderiam estar, tal como em 1967, nas cerimónias em honra de D.

¹³⁴ *Diário de Lisboa*, ano 47.º, n.º 16191, Lisboa, 15 de janeiro de 1968, pp. 13 e 15; *Diário de Notícias*, ano 104.º, n.º 36590, Lisboa, 18 de janeiro de 1968, p. 2; *A Voz*, ano XLI, n.º 14578, Lisboa, 17 de janeiro de 1968, p. 1 e 5; *O Debate*, ano XVII, n.º 879, Lisboa, 19 de janeiro de 1968, p. 1-6.

¹³⁵ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38.

¹³⁶ Sobre esta igreja, cfr. Joaquim de Oliveira Caetano, “A fundação do conventos das Chagas”, *Monumentos*, vol. 6, Lisboa, março de 1997, p. 44-47.

¹³⁷ Templo estudado por Miguel Soromenho, *O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, Panteão dos Duques de Bragança*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, Museu-Biblioteca, 2017.

Miguel e D. Adelaide, parentes estrangeiros e representantes de cabeças coroadas, como Isabel II do Reino Unido e Juliana da Holanda? E, nesse caso, onde os alojar? Elvas, Évora. Estremoz? Quem arcaria com as despesas? A Fundação da Casa de Bragança? O governo? D. Filipa, sempre voluntariosa, atrevia-se a ir mais longe, sugerindo: “Já que estou a falar em despesas, lembro-me que se deve aproveitar as ocasiões e que trasladar a família inteira nessa mesma ocasião tornava-se relativamente menos dispendioso do que fazê-lo separadamente mais tarde”. Poderia ser tudo tratado discretamente e só quando da chegada dos corpos se anunciara: “O que se vem a saber depois duma ideia realizada já não importa”. O arcebispo de Évora oficiaria as cerimónias na igreja da Graça de Vila Viçosa, na presença dos seis caixões, que conteriam os despojos de D. Maria Francisca, dos pais de D. Duarte Nuno e de D. Filipa, de dois meios-irmãos, Miguel e Francisco José, e da irmã inteira Mafalda. E a infanta concluía: “Seria muito bonito e consolador ver uma família numerosa assim reunida na sua casa e os parentes que assistissem a esta cerimónia: já não se precisava de convidar para mais outra trasladação”¹³⁸. Mas nada disso aconteceu e D. Maria Francisca jaz na referida igreja das Chagas de Cristo, para onde foi trasladada depois de obtida, em janeiro de 1969, luz verde dos ministros do Interior, Gonçalves Rapazote, e da Justiça, Almeida Costa¹³⁹.

Entretanto, a 22 de junho de 1968, D. Duarte Nuno agradeceu a Salazar o “carinhoso e reconfortante apoio da sua presença pessoal” quando das exéquias de D. Maria Francisca¹⁴⁰. Passou algum tempo na Quinta da Bela Vista e, em novembro, regressou a S. Marcos, anotando, num inesperado bilhete, desprovido de qualquer formalismo, para Guilherme Braga da Cruz: “Agora ainda um pouco mais sozinho”¹⁴¹. Entretanto, algum tempo depois, em 1972, o conde de Barcelona avisou um jornalista norte-americano que se preparava para o entrevistar, que D. Duarte Nuno padecia de depressão

¹³⁸ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38.

¹³⁹ *O Debate*, ano XVII, n.º 931, Lisboa, 23 de janeiro de 1969, p. 1.

¹⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.P., 38.

¹⁴¹ Lisboa, U.C.P., C.E.H.R., A.G.B.C., caixa 64, maço 3.

nervosa desde a morte da mulher¹⁴². Viria a morrer na véspera de Natal de 1976¹⁴³.

Considerações finais

D. Maria Francisca foi uma mulher tímida e algo apagada, de quem em julho de 1950 António Ferro – que acabara de iniciar funções como ministro de Portugal em Berna – , dizia não ser bonita mas respirar “bondade e dedicação”¹⁴⁴. Segundo um jornal português da época do seu casamento, era modesta no vestir e tinha um “rosto correto e sereno, que olhos risonhos iluminam de ternura e de bondade”¹⁴⁵. Deixou uma imagem de afabilidade no trato e de simpatia. Educada numa família imperial há muito afastada do trono, sabendo por experiência própria o que era o exílio imposto, procurou desempenhar o melhor possível as suas funções de esposa de pretendente ao trono e mãe de príncipes, um dos quais potencialmente um futuro rei de Portugal.

Referências

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)

Arquivo João de Azevedo Coutinho (A.J.A.C.), caixas 3 e caixa 8, maço 1.

Arquivo Oliveira Salazar (A.O.S.), Correspondência Oficial (C.O.), Presidência do Conselho (P.C.), 42, 56, 76, Correspondência Particular (C.P.), 8, 38, 82.

Ministério do Interior (M.I.), Direção Geral de Administração Política e Civil, processos Q-1/7 NT 1893 e T-1/4 NT 1894

Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (U.C.P.), Centro de Estudos de História Religiosa (C.E.H.R.)

¹⁴²J. P. Curley Jr., *Monarchs in Waiting*, Nova York, Dodd, Mead & Company, 1973, p. 71.

¹⁴³ Paulo Drumond Braga, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança* [...], p. 285-288.

¹⁴⁴ António Ferro, “Correspondência inédita e publicada” [...], p. 376.

¹⁴⁵ *Diário Popular*, ano I, n.º 2, Lisboa, 23 de setembro de 1942, p. 4.

Arquivo Guilherme Braga da Cruz (A.G.B.C.), caixa 64.

Fontes impressas

ALMADA, Conde de, *Notas sobre a Viagem de Sua Alteza Real o Senhor Duque de Bragança ao Brasil em 1942*, Lisboa, Gama, 1943.

ALMEIDA, João Miguel, *António Oliveira Salazar Pedro Teotónio Pereira. Correspondência Política. 1945-1968*, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, Instituto de História Contemporânea, 2008.

ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994.

BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de D. Quixote*, [Coimbra], Coimbra Editora, 1976.

Cartas Particulares a Marcello Caetano, prefácio e organização de José Freire Antunes, vol. I, Lisboa, Dom Quixote, 1985.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, vol. III (1942), Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1991.

CURLEY JR., J. P., *Monarchs in Waiting*, Nova York, Dodd, Mead & Company, 1973.

Debate (O), Lisboa, 1951-1969.

Diário de Lisboa, ano 47.º, n.º 16190, Lisboa, 15 de janeiro de 1968; ano 47.º, n.º 16191, Lisboa, 16 de janeiro de 1968.

Diário de Notícias, ano 88, n.º 31054, Lisboa, 13 de agosto de 1952; ano 104.º, n.º 36589, Lisboa, 17 de janeiro de 1968, p. 2; ano 104.º, n.º 36590, Lisboa, 18 de janeiro de 1968, p. 2.

Diário Popular, ano I, n.º 2, Lisboa, 23 de setembro de 1942.

Diário das Sessões, n.º 119, Lisboa, Assembleia Nacional, 17 de janeiro de 1968.

FERRO, António Ferro, “Correspondência inédita e publicada”, in Rita Ferro, *António Ferro*.

Um Homem por Amar. Romance, Alfragide, D. Quixote, 2016, pp. 303-461.

GUEIROS, José Alberto, *História de um Príncipe*, Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1997.

MENESES, Luís Saraiva de, *Te deum Laudamus. Um Documento Histórico*

a propósito do Desastre de Automóvel dos Senhores Duques de Bragança ocorrido em Thionville no ano de 1951, Lisboa, [s.n.], 1957.

PARIS, Isabel, condessa de, *Tout m'est Bonheur*, [vol. I], Paris, Robert Laffont, 1978.

PARIS, Isabel, condessa de, *Tout m'est Bonheur*, vol. II (*Les Chemins Creux*), Paris, Robert Laffont, 1981.

Voz (A), ano XVI, n.º 5601, Lisboa, 8 de outubro de 1942; n.º 5603, Lisboa, 10 de outubro de 1942; ano XLI, n.º 14577, Lisboa, 16 de janeiro de 1968; n.º 14578, Lisboa, 17 de janeiro de 1968.

Estudos

AMARAL, João, *O Roubo do Príncipe. Salazar e o Casamento do Duque de Bragança*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

ARAÚJO, Ilídio de, “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, *Revista de História*, vol. II, Porto, 1979, p. 375-388.

BARMAN, Roderick J., *Princesa Isabel do Brasil. Gênero e Poder no Século XIX*, tradução, São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 2005.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha, LOPES, Gertrudes Teixeira, SANTOS, Tânia Cristina Franco, “A visibilidade da atuação de uma enfermeira do exército brasileiro a um ferido na 2.ª Guerra Mundial”, *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, vol. 39, n.º 1, São Paulo, 2005, p. 62-67.

BRAGA, Paulo Drumond, “Casar em tempo de guerra para selar a paz: D. Duarte Nuno de Bragança e D. Maria Francisca de Orleães e Bragança (1942)”, in *Casamentos da Família Real Portuguesa*, vol. III (*Éxitos e Fracassos*), Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 313-343.

-----, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a Esperança e a Desilusão*, Lisboa, Objectiva, 2017.

CAETANO, Joaquim de Oliveira, A fundação do conventos das Chagas, *Monumentos*, vol. 6, Lisboa, março de 1997, p. 44-47.

GALVÃO, Manuel de Bettencourt e, *Dom Miguel II e o seu Tempo. Notas Biográficas do Senhor Dm Miguel de Bragança*, Lisboa, Gama, 1943.

LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

MONTEIRO, Fernando Amaro, *Salazar e a Rainha. Advento da República*.

Restauração da Monarquia, Lisboa, Prefácio, 2006.

MONTEIRO, Fernando Amaro, *Salazar e o Rei (que não foi)*, Lisboa, Livros do Brasil, 2009.

RIBEIRO, José Alberto, *Rainha D. Amélia. Uma Biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

SOROMENHO, Miguel, *O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, Panteão dos Duques de Bragança*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, Museu-Biblioteca, 2017.